

# Internacionalização do Capital e Industrialização da Periferia - o Exemplo do Brasil

*Walney Moraes Sarmiento*  
*Professor Adjunto do Dep. de Sociologia da UFBA*  
*Dr. phil. pela Universidade de Hannover.*

## *1. Colocação do problema*

Gostaríamos, aqui, de discutir algumas implicações da entrada de capitais estrangeiros no Brasil. Surge, de imediato, a questão ligada ao seguinte fato: o de sabermos se os investimentos estrangeiros podem contribuir para o processo de desenvolvimento do chamado "terceiro mundo".

Pergunta-se, então, se tais investimentos efetuados nos países subdesenvolvidos têm, realmente, como meta a promoção do bem estar geral do povo, ou se os capitais simplesmente procurariam, nesses países, facilidades maiores para a sua reprodução, através de um esquema político-econômico que lhes seja francamente favorável. Outra pergunta pertinente, embora

Originalmente apresentado como "Referat" no Seminário sobre Teoria do Imperialismo III, dirigido pelo Prof. Klaus Meschkat, na Universidade de Hannover (RFA), no Semestre de Inverno de 1976/1977.

talvez mais ampla, volta-se para a questão de como se desenvolvem as relações entre capital alienígena e o chamado "terceiro mundo". Com outras palavras: que papel o capitalismo periférico desempenha face à Metrópole.

Na tentativa de juntar elementos visando a responder certas perguntas, devem ser sublinhados alguns aspectos do movimento de capitais dos países capitalistas desenvolvidos (especialmente Estados Unidos, Alemanha Ocidental, Japão, Suíça, Grã-Bretanha) em direção aos países periféricos. Também é objeto de nossa análise saber se os países subdesenvolvidos desempenham papel primordial na política de atração de capitais, não medindo esforços para promover o ingresso desses capitais, ou se esse papel primordial é exercido pelos países industriais, no afã de auferirem lucros cada vez maiores às custas das situações político-econômicas vigentes nos países periféricos.

É necessário, contudo, realçar que o grosso dos investimentos dos países capitalistas não se dirige ao "terceiro mundo", mas circula entre eles mesmos. Klaus Busch alinha várias críticas às teses do excedente do capital, conforme aparecem em diversos trabalhos, como, por exemplo, em Ernest Mandel, *Der Spaetkapitalismus*, Frankfurt 1972, Katja Nehls, *Kapitalexporte und Kapitalverflechtung*, Frankfurt 1970, Paul Boccara, *Der Staatsmonopolistische Kapitalismus*, Berlim Oriental 1972. Esses autores refletem, assim, algumas teses desenvolvidas por Lênin (v. *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*, S. Paulo 1979). No entanto, uma leitura mais apurada do capítulo IV da citada obra de Lênin nos insinua já um procedimento bem diferenciado por parte dos países exportadores de capitais. Enquanto a Inglaterra faz seus capitais fluir sobretudo para o seu próprio império, a França concentra seus investimentos em terra européias (págs. 60/65). São, pois, referências já valiosas, que demonstram ser possível o fluxo de capitais para países não necessariamente subdesenvolvidos, pelo menos no sentido que damos àqueles da América Latina, Ásia, África.

A argumentação de Busch pode ser assim resumida: de 1945 até 1968, 24 bilhões de dólares americanos foram investidos na Europa Ocidental (dos quais 19 bilhões em investimentos diretos). Por outro lado, os europeus investiram 26 bilhões nos Estados Unidos (dos quais 8 bilhões em investimentos diretos). A partir da década de 60 as taxas de crescimento de exportação de capital para a Europa e Japão tornaram-se mais altas que aquelas para os Estados Unidos e a partir de 1971 as exportações de capital da Europa para os Estados Unidos aumentaram a taxas bem elevadas. Ambos os fenômenos sugerem um forte intercâmbio entre a Europa Ocidental, o Japão e a América do Norte. Por outro lado, o interesse dos países capitalistas desenvolvidos em aplicar no "terceiro mundo" restringe-se. A Alemanha, por exemplo, reduziu seus investimentos nos países periféricos de 39,0% em 1961 a 29,4% em 1974 (Para maior clareza veja-se Klaus Busch, *Die Multinationalen Konzerne - Zur Analyse der Weltmarktbewegung des Kapitals*, Frankfurt 1974).

Outros autores põem em dúvida, porém, as posições assumidas por Busch, como é o caso de Harry Magdoff (v. Um Processo Histórico, in: Mandel et alii, O Imperialismo, Lisboa 1975), que sustenta alguns argumentos para tentar provar que muitas inversões americanas não são corretamente computadas, como:

- a) licenças, patentes e outras marcas registradas;
- b) soma de rendimentos provenientes do transporte marítimo das matérias-primas e dos produtos alimentares provenientes do "terceiro mundo" e destinadas aos Estados Unidos e reciprocamente;
- c) ficam excluídos das estatísticas de investimentos privados diretos:

. Empréstimos diretos feitos por bancos americanos aos governos estrangeiros e suas firmas;

Um grande número de empréstimos obrigatórios emitidos no mercado americano, etc. (págs. 20/21).

Mandel, ainda que defina sua posição teórica a favor da tese do excedente de capital, admite certas modificações quanto ao fluxo de capitais. Ele parte do pressuposto que "as raízes econômicas fundamentais do imperialismo (americano) mantêm-se as mesmas que foram definidas por Lenine para qualquer época imperialista: mergulham na existência de um capital excedentário que se estende pelo globo na busca de sobrelucros. A única modificação que é possível introduzir na definição de Lenine é que, no período histórico atual, depois da segunda guerra mundial, esse excedente de capital já não é dirigido, exclusivamente, nem sequer essencialmente, para os países coloniais e semi-coloniais (os países "sub-desenvolvidos"), mas estende-se em proporções crescentes a todos os países imperialistas industrializados e desenvolvidos" (Mandel, Um Colosso a Esmagar, in Mandel et alii, O Imperialismo, pág. 84).

Ainda que a discussão sobre a tese do excedente do capital possa continuar largamente, a nós, que vemos o problema a partir das características do "terceiro mundo", cabe situar o problema de uma outra perspectiva: não é tanto o percentual dos investimentos de capital destinado aos países periféricos que deve ser colocado no centro do debate. Apenas não podemos desconhecer as bases teórico-metodológicas das várias posições, a fim de melhor aprofundar o tratamento da questão, possibilitando-nos uma análise mais objetiva das consequências dos investimentos estrangeiros procedidos nos países capitalistas periféricos, particularizando-se o caso do Brasil. É o que tentaremos fazer no correr desse trabalho.

## 2 - Relações Metr pole-Periferia

Como ponto de partida, poderíamos invocar alguns aspectos das rela es Metr pole-Periferia, a exemplo do que foi feito por Dieter Senghaas, a fim de podermos situar melhor as implica es do relaciona-

mento entre desenvolvidos e subdesenvolvidos. Conforme o citado sociólogo resumiu, o "terceiro mundo" serve às nações industriais para os seguintes fins:

- Fornecedor de produtos agrícolas e de matérias-primas baratos;
- Lugar de aplicação de capital;
- Área de transferência para certos ramos de produção não mais rentáveis na Metrópole (antigamente agricultura; hoje, sobretudo, certos ramos industriais com produtos de grau de qualidade inferior);
- Reservatório de força de trabalho (no próprio país periférico, ou então como trabalhador migrante)''(1).

No decorrer deste trabalho tentaremos, assim, provar que o investimento estrangeiro é muito mais um processo de invasão que algo derivado de uma política de atração de capitais. Não podemos, porém, esquecer que determinados países se tornaram favoritos para o recebimento de grandes volumes do capital monopolista. Sem dúvida que suas potencialidades econômicas e outras circunstâncias sócio-políticas contribuíram para reforçar seu papel de "hospedeiros" do capital internacional. A existência de uma população extensa, o elevado percentual de gente jovem, o que facilita a recrutagem de mão de obra barata e as constantes medidas de desemprego em massa e novas admissões de operários, para baratear os custos de produção, a presença de uma parcela da população capaz de consumir mais ou menos elasticamente, o que garante a colocação dos artigos no mercado interno, ao lado da "estabilidade" política, são fatores que desempenham um papel importante nesse processo de invasão. Aliás, a "estabilidade" política, bem como as facilidades creditícias e fiscais dadas ao capital monopolista, aparece muito mais como uma exigência das multi-nacionais que investem em um dado país. Tal como na fase colonial é a Metrópole quem faz as leis(2).

Pensar em capital estrangeiro atraído é mesmo que pensar o homem pré-colombiano atraindo seus colonizadores, ou que os próprios africanos, apresados, deportados e escravizados, tenham eles próprios patrocinado a sua situação de explorados. A conquista da terra americana ou a escravização do negro deveram-se aos interesses da Metrópole, tal como hoje em dia, os movimentos de capitais. Não que tais movimentos sejam uma coisa nova. Absolutamente. Os primórdios da História Econômica do Brasil mostram que a atividade canaveira no Nordeste brasileiro já era financiada por capitais flamengos, aliados aos portugueses nos empreendimentos levados a efeito nessa região brasileira. A exploração das minas de prata na América Hispânica foi realizada sob os auspícios do capital espanhol, sobretudo (3). O que queremos enfatizar é a nova direção que esses investimentos tomaram, principalmente nas últimas décadas: eles não se voltam mais para o setor agrícola preponderantemente, ou para o setor de transportes. Eles participam, em produção cada vez maior, das atividades industriais, gerando o que poderíamos chamar "países subdesenvolvidos industrializados", pelo menos em parte. É o que tentaremos esclarecer a seguir.

### 3 - Subdesenvolvimento e industrialização

De que as multinacionais se beneficiem, também, dos baixos salários vigentes em áreas subdesenvolvidas parece ser uma realidade constatável em diversos países, seja na periferia ou na semiperiferia (4), ainda que tais deslocamentos de capitais possam causar retração no mercado de trabalho do país industrial, sem falar da exploração dos trabalhadores no chamado terceiro mundo (5).

Dirigentes sindicais que se reuniram em Wolfsburg, Alemanha Ocidental, tiveram oportunidade de comparar salários vigentes em alguns países subdesenvolvidos, pagos pela multinacional Volkswagen, com aqueles em vigor na Alemanha. Dessa comparação pôde-se concluir que o operário brasileiro é o que menos ganha. Enquanto seu colega alemão recebe entre 12,67 e 17,25 marcos como salário-hora, o nível salarial de um brasileiro oscila entre 0,67 e 3,50 marcos, situação pior que a de seu colega mexicano (entre 1,40 para os não-qualificados, até 5 marcos para os trabalhadores especializados) ou a de seu colega sul-africano, que percebe de 2 a 5 marcos (6). Além do mais, o tempo de trabalho nos países subdesenvolvidos é mais longo que nos países industriais, pois enquanto o operário alemão trabalha 40 horas por semana seu colega brasileiro está submetido ao regime de 48 horas semanais (7).

Este exemplo mostra quão vantajosa é a transferência de capitais para os países periféricos. O futuro do capitalismo está em parte ligado a uma capacidade de uma multiplicação mais rápida dos capitais nos países subdesenvolvidos, pois os benefícios aí auferidos contribuem para a sua sustentação. (7a)

É claro que a penetração do capitalismo no "terceiro mundo" traz inúmeras conseqüências consigo. Poderíamos distinguir algumas delas:

a) Tal penetração é, inequivocamente, um fato político. Já nos referimos à "estabilidade" política e como ela é necessária a tal evento. Com outras palavras: a manutenção no poder de um grupo político-militar intimamente ligado às empresas privadas e identificado com o "modelo associado de desenvolvimento", isto é, com um "modelo" baseado na cooperação capitalista internacional, que deverá servir de sustentáculo à prática da entrada de capitais. Tal "modelo" responde muito mais às exigências das multinacionais que aos interesses internos dos países aos quais se destinam os investimentos. Isso aliás é comprovado na teoria de Charles P. Kindleberger de investimentos diretos. Ele põe as condições de reprodução do capital no centro da questão. Segundo esse autor há dois motivos fundamentais que se entrelaçam e levam à exportação de capitais: a) de um lado a taxa de lucro dos investimentos no Exterior deve ser mais alta que a obtida no país de origem do capital; b) por outro lado os investimentos feitos diretamente devem ser cercados de vantagens em relação a seus concorrentes nos países que recebam tais investimentos, a fim de obterem lucros maiores e não serem desalojados do mercado externo (8).

Para uma melhor compreensão do problema da penetração do capital estrangeiro no Brasil é interessante oferecer uma breve notícia histórica sobre o assunto, inclusive sobre o papel que desempenha a estrutura de classes em relação aos movimentos de capitais. Poderíamos, portanto, dizer que outra conseqüência dos investimentos estrangeiros está numa aliança entre eles e determinadas classes.

b) antigamente os capitais estrangeiros investidos nas colônias se destinavam ao setor primário da economia, ao que já nos referimos (9). Corresponde essa fase a um momento histórico em que "uma combinação de estamentos e castas produziu uma autêntica sociedade colonial, na qual apenas os colonizadores eram capazes de participar das estruturas existentes de poder e de transmitir posição social através da linhagem "européia". A estratificação resultante, porém, possuía grande flexibilidade, favorecendo a absorção e o controle de massas de nativos, africanos e mestiços, classificados em categorias de castas ou mantidos fora das estruturas estamentais, como estratos dependentes. Sob tais condições societárias, o tipo legal e político de dominação colonial adquiriu o caráter de exploração ilimitada, em todos os níveis da existência humana e da produção, para o benefício das coroas e dos colonizadores." (10).

Essa longa citação de Florestan Fernandes leva-nos a refletir que logo no início da história brasileira pode-se observar a formação de um estrato social intimamente ligado aos interesses da Metrôpole. Primeiramente, o próprio colonizador. Posteriormente, os seus descendentes. Como a economia brasileira e sulamericana de um modo geral era voltada para a produção de artigos primários, desde já a aristocracia rural (caso típico, por exemplo, da Região Nordeste, no Brasil) surgia como representante de interesses alienígenas, pois deles resultou.

Isso parece claro quando se trata de estudar os movimentos de capitais: a identificação de estrato ou estratos que atuem não apenas como seus representantes, mas, também, como seus comparsas. Essa é uma das funções que, no curso da História, determinados estratos sociais têm desempenhado na sua aliança com o sistema colonial e mais recentemente com o imperialismo. O capital monopolista tende, assim, a fortalecer os seus aliados internos, reservando-lhes bons empregos em sua máquina administrativa, ou favorecendo-os de outros modos diretos e indiretos (11).

c) A penetração do capital estrangeiro gera determinadas mudanças na sociedade, muitas das quais poderíamos rotular de "modernização", levando à formação de uma sociedade dualística. "Modernização" significa ajustar determinados setores da sociedade ao "Modelo" imposto de fora para dentro. É ela quem cria o "novo" na sociedade subdesenvolvida, mas sem desenvolvê-la (12). A modernização, por vezes empregada como sinônimo de desenvolvimento, vem a ser, na verdade, o seu inverso, pois privilegia apenas determinados setores da sociedade e determinadas regiões, aprofundando mesmo o caráter de subdesenvolvimento da sociedade global, porque impede a formação de um processo autêntico de desenvolvimento (13).

De mãos dadas ao conceito de modernização aparece o de dualismo, isto é, da coexistência de um setor novo, modernizado, e de outro setor, retrógrado e tradicional, *pré-capitalista*, na sociedade. Vários autores, como Boecke e Myrdal encaram este novo setor da sociedade com propulsor do desenvolvimento. O setor retrógrado, por não ter sido atingido pela penetração do capitalismo, permanece fora dos avanços sociais e tecnológicos. Desenvolvimento seria, então, a completa modernização da sociedade, o que dependeria, inclusive, da presença de capitais estrangeiros, para a promoção, dentro de tal concepção do que seria desenvolvimento. O seguinte trecho de Myrdal é suficientemente claro:

“Em cada lugar do mundo subdesenvolvido há, porém, países ou regiões que experimentaram rápido desenvolvimento econômico. Mesmo na África existem áreas em que o investimento é intenso e a produção ascendente, sempre ligada à exploração econômica estrangeira dos seus recursos naturais”(14).

Outra afirmação de Myrdal que igualmente representa uma defesa dos investimentos estrangeiros pode ser constatada na seguinte citação:

“Na América Latina, muitos países... experimentaram, embora não de modo estável e uniforme, considerável desenvolvimento econômico, nos últimos decênios. Em geral, tal progresso se limitou aos portos e às cidades, deixando as massas rurais na estagnação e em extrema penúria”(15).

Trata-se, conseqüentemente, de um recurso ao princípio do dualismo, através do qual se dá uma falsa explicação do fenômeno do subdesenvolvimento. Se os portos dos países subdesenvolvidos são relativamente bem equipados, tal fato deriva da necessidade de um melhor relacionamento comercial entre Metrópole e Periferia. São principalmente as atividades de exportação e de importação o que determina melhores equipamentos de certas cidades, o que ocorre, aliás, desde a época colonial. A concentração de investimentos, contudo, em áreas urbanas, leva ao aumento da discrepância entre a cidade, cada vez mais superpovoada, e o campo, cada vez mais impotente de reter seus contingentes demográficos (16).

Tais colocações têm, na verdade, um objetivo: o de tentar demonstrar que o desenvolvimento só é possível dentro do sistema capitalista mundial. Através da solidariedade do grande capital com o “terceiro mundo” o fenômeno do subdesenvolvimento pode ser superado. Como a população rural se encontra praticamente fora desse mecanismo, não lhe resta outra alternativa, salvo a de permanecer na estagnação e na miséria.

Há que por em discussão o conteúdo ideológico de tais posições inclusive mostrando-lhes as incoerências.

É necessário esclarecer que não apenas as populações rurais estão alijadas de algum melhoramento que poderia surgir de um tal mecanismo. A despeito da aparente pujança urbana, a grande maioria da população da cidade não se beneficia de nenhuma inovação. Mas o problema a discutir não é esse, isto é, o da marginalidade da maior parte da população. O que temos de identificar, e que está ligado às concepções dualísticas de Myrdal, é exatamente o seu conteúdo ideológico(17): a indicação da adoção de

métodos capitalistas para a superação do subdesenvolvimento. Daí a exaltação das partes "desenvolvidas", em determinado país, isto é, dos sub-centros do capitalismo nas nações periféricas. Mas o setor "tradicional" da sociedade não está imune às mudanças sociais. Ele se vê também envolvido pelo processo de transformação que a sociedade global experimenta. Um dos componentes desse processo de modernização é exatamente a opressão crescente que sofrem as camadas da população não contempladas com as benesses desse tipo de mudança. É dessas camadas que sai a mão-de-obra barata, a servir à burguesia e às multinacionais. mão-de-obra cada vez mais empobrecida, em vista, inclusive, da desvalorização real do seu salário (18).

empobrecida, em vista, inclusive, da desvalorização real do seu salário(18).

Na verdade, a modernização não é nada mais nada menos, no plano sociológico, que um processo de aumento de privilégios de determinadas camadas sociais, que constituem uma minoria, em detrimento de outras, dentro de um processo de mudança, social e tecnológica, que atrela os países periféricos sempre mais às Metrôpoles. As camadas sociais que se beneficiam desse processo são aquelas de onde se retiram os indivíduos que desempenham determinados papéis na sociedade, entre esses, os de agentes e representantes do capital monopolista. Do outro lado está a grande massa da população, cada vez mais empurrada para condições de vida indignas (19).

d) A penetração do capital estrangeiro pode trazer consigo, ainda, outros problemas sociológicos de natureza mais ou menos significativa: a contribuição à formação de uma classe operária, sobretudo nos principais centros urbanos.

Essa classe operária em formação - falta-lhe, ainda, quiçá, uma consciência do que ela possa desempenhar nesse momento histórico - já se vê, contudo, diante de várias dificuldades. Uma delas está intimamente ligada à própria estrutura do poder, oligárquica, que limita sua organização sindical ou veta a sua participação política. Isto faz dela uma vítima do processo de industrialização, pois contribui para o seu sucesso, não tirando daí nenhuma vantagem. Discutiremos esse problema com mais detalhes em outra oportunidade. Neste artigo não pretendemos entrar em pormenores sobre a formação da classe operária, ou sobre a limitação de sua capacidade de organizar-se politicamente. Pretendemos aqui trazer mais elementos a uma discussão sobre as causas e conseqüências da penetração do capital monopolista no Brasil.

#### 4. A industrialização da periferia

Não apenas a existência de u'a mão de obra abundante e de baixa remuneração atua como elemento favorável aos investimentos estrangeiros, ou mais precisamente, aos investimentos forâneos no campo industrial (19 a). Nem a "estabilidade" política seria, por si só, fator bastante para garantir tais investimentos. Na realidade outros elementos atuam conjuntamente no sentido de facilitar os movimentos de capitais do centro em direção à periferia. Para continuarmos com a discussão do problema vamos

lembrar que os três fatores seguintes contribuem decisivamente para incrementar a industrialização do "terceiro mundo".

a) o aperfeiçoamento do sistema de transportes, cada vez mais eficiente e rápido, o que permite o escoamento da produção e a sua chegada aos portos de destino num espaço de tempo relativamente curto. Isso permite, por exemplo, que determinados objetos produzidos na América Latina ou na Ásia sejam rapidamente levados às Metrôpoles, sem grandes riscos de perda ou estragos.

b) a possibilidade de fragmentar-se a produção, isto é, de as multinacionais deliberarem-se a produzir determinadas peças constitutivas de um objeto industrial em algum país periférico, aproveitando-se das vantagens aí existentes. Tais peças podem ser exportadas para as matrizes, onde entram na elaboração do produto final.

c) possibilidade de captar recursos internos do próprio país periférico, através de medidas financeiras das mais diversas naturezas, como, por exemplo, lançamento de subscrição pública de ações, venda de letras de câmbio no mercado interno, obtenção de financiamento e de favores fiscais junto a órgãos governamentais, etc. Na verdade, a entrada de capitais estrangeiros é menor do que se imagina, tendo em vista o lançamento de tais artifícios por parte das multinacionais e mais um paradoxo nas relações centro-periferia que pode ser detectado, na medida em que o país subdesenvolvido vê o seu volume de capital expropriado pelos investidores forâneos. Isso significa exercer o domínio da economia de um país subdesenvolvido, usando, na verdade, poucos recursos de fora, mas servindo-se de sua capacidade empresarial, as multinacionais conseguem atrair para si os capitais já existentes nos países que escolhem como alvo. Esse dado, talvez, da existência de uma certa capacidade interna de formação de capital, deve ser igualmente encarado como favorável a uma política de investimentos de capitais estrangeiros, beneficiários, assim, da poupança interna de determinado país.

Para melhor compreendermos essa questão, poderemos perguntar a nós próprios como os investimentos estrangeiros no Brasil se conduzem, com vista ao processo de desenvolvimento. Andrew Frank lembra que o processo brasileiro de industrialização começou de maneira autônoma, perdendo, posteriormente, tal característica. A presença de capitais estrangeiros contribui fortemente para que um processo brasileiro independente de industrialização não mais fosse adiante (20). Várias tendências verificadas em tal processo, no correr do tempo, confirmam essa hipótese (21).

Em razão de certa estabilidade do governo brasileiro, cresceram os investimentos estrangeiros. Isso, na verdade, provoca um retardamento na superação do atual estágio em que se encontra o Brasil, pois a penetração cada vez maior do capital alienígena aprofunda a situação de dependência do país em relação às multinacionais, interessadas, sobretudo, na manutenção do domínio do mercado, ou na sua ampliação (21a).

Um desenvolvimento industrial autônomo, baseado no proteccionis-

mo dificultaria a importação de bens de consumo pelos países subdesenvolvidos, pois os impostos a serem pagos tornariam seus preços muito elevados. As multinacionais só restou uma saída: instalar filiais no "terceiro mundo" e dessa forma absorver as vantagens de uma política de incentivo à industrialização praticada em países como o Brasil. Já no período caracterizado como de "substituição de importações", a presença do capital estrangeiro começa a intensificar-se. De 1946 a 1950 entram no Brasil 220 milhões de dólares, isto é, 44 milhões em média anual. O interesse pelo Brasil cresce no período de 1951 a 1955, elevando-se os investimentos a 350 milhões de dólares, isto é, com média anual de 70 milhões. De 1956 a 1960, já sob a égide do "desenvolvimentismo" de Juscelino Kubitschek, essa média anual atinge a 150 milhões, só caindo entre 1961 e 1964 voltando novamente a crescer após a derrubada de João Goulart pelas Forças Armadas, o que voltou a garantir o fluxo de capitais estrangeiros para o Brasil (22), permitindo, assim, o controle de mercado brasileiro pelas marcas estrangeiras.

Segundo dados do Movimento Democrático Brasileiro - MDB - então partido único da oposição, e publicados em "Movimento", São Paulo, em 01.12.1975, os investimentos estrangeiros mais que dobraram entre 1971 e 1974, aparecendo como principais investidores os Estados Unidos, a Alemanha Ocidental, o Japão, a Suíça e a Grã-Bretanha. Os capitais aportados dirigem-se a diferentes ramos da economia, principalmente aos setores da indústria química, da automobilística, da elétrica, da metalúrgica e da indústria mecânica. E não podemos esquecer o impulso que o imperialismo alemão deverá tomar no Brasil, após a celebração do acordo atômico entre Brasília e Bonn, durante o governo do Gal. Geisel.

Mas não se trata apenas de indagar sobre a destinação setorial do capital monopolista ou de sua procedência. O mais interessante é assinalarmos a sangria que tais inversões causam à economia nacional. Basta assinalar que as firmas internacionais carregiam para seus empreendimentos um volume de capitais gerados internamente, muito maior que o daqueles aqui chegado. A tabela inserida nesse trabalho serve para mostrar como as multinacionais saqueiam os países invadidos, seja sob a rubrica de transferência de lucros, seja sob a rubrica de custos tecnológicos. Os dados aqui apresentados oferecem-nos, portanto, elementos para uma reflexão sobre o caso brasileiro:

Levando-se em consideração os dados da Tabela nº 1, não resta a menor dúvida de que a maior parte dos capitais investidos no Brasil pelas multinacionais são de origem local. Isso significa, antes de mais nada, que os investimentos das filiais brasileiras, ou latinoamericanas, das empresas monopolistas são oriundos de capitais aqui mesmo captados.

Com base em dados reunidos por Kurt. R. Mirow no seu trabalho *Die Diktatur der Kartelle* podemos verificar que 78% dos investimentos de

TABELA nº1

## Resultados de investimentos estrangeiros no Brasil 1)

NOME DA FIRMA	CAPITAL IM- PORTADO	LUCROS RE- INVESTIDOS	REMESSAS DE DIVIDENDOS E LUCROS A PARTIR DE 1965	CUSTOS TECNO- LÓGICOS	CAPITAL GERADO NO BRA- SIL	RELAÇÃO CAPITAL IMPORT. CAPITAL PROD.NO BRASIL
VOLKSWAGEN	119,5	72,8	70,6	208,5	351,9	2,94
RHODIA	14,3	108,7	39,9	20,7	169,3	11,84
ESSO	1,8	67,7	44,5		112,2	62,33
PIRELLI	23,7	37,8	45,1	19,8	102,7	4,3
PHILLIPS	9,9	51,2	5,0	9,4	65,6	6,63
FIRESTONE	4,1	44,5	48,1	2,1	94,7	23,1
GENERAL ELETRIC	13,9	32,2	19,4	4,3	55,9	4,02
SOUZA CRUZ	2,5	129,5	81,3	1,0	267,7	107,09
JOHNSON& JOHNSON	0,7	3,0	17,0	5,7	56,7	81,0
ANDERSON- CLAYTON	1,4	28,2	16,8		101,7	72,64
LIGHT	102,0	86,4	114,7	0,6	201,7	1,98

1) Situação até julho de 1975 - Em 1 milhão de dólares

Fonte: Relatório do Movimento Democrático Brasileiro - MDB - sobre o resultado de investimentos estrangeiros no Brasil. Publicado em "MOVIMENTO", São Paulo, 1.12.1975, pág. 7.

empresários americanos na América do Sul, entre 1969 e 1970, foram captados na própria América do Sul (22a). "O Ministro brasileiro do Planejamento", acrescenta Mirow, "confirmou em fins de 1976, que em média, só 11% dos capitais investidos ou re-investidos do Brasil procederiam do Exterior. Apenas 3% das vendas efetuadas no Brasil pelos cartéis internacionais do setor mecânico, em 1974, foram investidos no Brasil, consoante do CDI, Conselho de Desenvolvimento Industrial"(23).

Isso nos leva a refletir se um dado plano de desenvolvimento deva contar, efetivamente, com a participação de investidores estrangeiros ("desenvolvimento" associado). Os dados aqui apresentados mostram que a participação do capital estrangeiro é, na realidade, mínima, embora a ele caiba o comando do processo de industrialização, não só no Brasil, como em outros países, da América Latina (24). Os capitais "estrangeiros" são, conseqüentemente, pelo menos em grande parte, capitais nacionais apropriados.

A superação do "modelo associado" depende, antes de mais nada, das condições políticas vigentes em um determinado país. A consolidação de um aparato estatal, identificado com o predomínio dos empresários estrangeiros na economia, impede a revogação de tal modelo. Pelo contrário. A prática de uma política de desnacionalização aparece como a sua principal característica.

Antes, porém, de abordarmos a questão da desnacionalização, gostaríamos de discutir um pouco acerca da falta de capitais nos países subdesenvolvidos, o que atuaria como obstáculo a uma política de industrialização autônoma, ou relativamente mais independente.

Muitos autores apontam como característica básica do subdesenvolvimento a carência de capital. Assim, a relação entre a massa de capital e a população seria insuficiente para a promoção do desenvolvimento (25). Queremos, contudo, ressaltar que, embora seja válida tal constatação, haverá países, ou determinados momentos históricos, em que uma relativa abundância de capital poderia determinar o início de um processo de desenvolvimento, se, ao lado disso, coexistissem outros fatores impulsores. Vários países produtores de petróleo, ou alguns outros, medianamente desenvolvidos, poderiam carrear seus próprios recursos para promover seu desenvolvimento. O problema está exatamente na coexistência de "outros fatores propulsores". Os países árabes exportadores de petróleo são, via de regra, dominados por uma oligarquia conservadora que dificilmente teria interesse em promover uma transformação profunda na estrutura social de tais países. Muito mais cômodo é comprar armamentos sofisticados aos países ocidentais, ou depositar os lucros auferidos nos negócios do petróleo em bancos suíços, ingleses, americanos, ou investir na indústria de países desenvolvidos, como Alemanha Ocidental ou Itália (26). A carência de capital seria forte obstáculo ao desenvolvimento, constatada que seja em tal ou qual país, se entendêssemos o desenvolvimento como algo meramente tecnológico (27). Certamente que esse aspecto não pode ser desprezado na análise do fenômeno do subdesenvolvimento. Voltaremos a esse assunto.

### 5. O modelo associado de "desenvolvimento" e a desnacionalização do setor industrial

Os últimos anos caracterizam-se pelo fato de que os investimentos estrangeiros apresentaram uma alta taxa de crescimento. Isso é válido, quando nada, para o período 1971/1975. Em 4 anos o valor de tais investimentos mais que duplicou (28), o que coloca o Brasil numa situação de maior dependência ante o sistema capitalista mundial.

A agressividade cada vez maior das multinacionais no Brasil tem levado à destruição do que é nacional. Em um artigo sobre a dependência econômica do Brasil, Fernando Henrique Cardoso constatou, depois de haver analisado a distribuição dos grupos das maiores empresas segundo os diferentes setores da economia, uma clara tendência à desnacionalização por parte das empresas brasileiras. "Finalmente, deve ser ainda sublinhado que os grupos, que foram incluídos na pesquisa que aqui discutimos como brasileiros, mostram uma tendência muito clara de associarem-se a grupos estrangeiros: no âmbito das maiores empresas, 82,8% das firmas brasileiras mostram aliança com grupos de empreendedores estrangeiros; 46% das grandes empresas estavam ligadas, através de alguma forma de participação acionária, com um ou outro empreendimento estrangeiro, ou a grupos de empresários de fora" (29).

Essa tendência à desnacionalização da indústria - ou da empresa brasileira - confirma que a sua base é ainda fraca e de pouca dimensão. Tal tendência provavelmente continuará em ascensão, porque o atual governo tem como uma de suas metas prioritárias no campo social e econômico exatamente a ampliação e o fortalecimento do setor privado. A intervenção estatal serve, conseqüentemente, para contribuir com o processo de desnacionalização, que se vê acelerado por medidas de política econômica, de regra favoráveis ao capital monopolista. Dentro desse contexto, resulta um tipo de industrialização que, necessariamente, não pode ser encarado como um processo benéfico para a sociedade global. Pelo contrário. Tal processo privilegia uma dada minoria da população, empurrando a maioria para a marginalidade, além de aprofundar a dependência brasileira.

Agora voltamos ao aspecto tecnológico do desenvolvimento. Quisá ao dilema da falta de capital. Mas se voltarmos, também, à Tabela nº 1, poderemos verificar que os gastos das empresas estrangeiras com remessas de dividendos e de lucros, ao lado dos altos custos tecnológicos resultantes do modelo de industrialização imposto, levam-nos a refletir que esse país pobre em capital, como o Brasil, dá-se ao luxo de alimentar as multinacionais.

O emprego de uma tecnologia mais ou menos refinada entra em contradição com a extensão da mão-de-obra existente no Brasil. A despeito de seu alto custo ela cria poucos empregos. Por essa razão incentiva o sub-emprego e o desemprego. A repetição de tal modelo no Nordeste aprofunda tal paradoxo e desequilibra mais ainda a economia regional. Indício disso é a rápida urbanização de determinadas áreas nordestinas às custas de um empobrecimento cada vez mais acentuado no meio rural (30).

Mas tal desequilíbrio não se reveste apenas de um caráter intra-regional. Os investimentos estrangeiros vêm contribuindo também para o aumento da discrepância no plano inter-regional, porque eles se concentram em certas áreas do território brasileiro, especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, gerando uma situação de colonialismo interno, da qual se aproveitam esses citados subcentros do imperialismo(31). Muitos migrantes, a maior parte provinda de Minas Gerais e do Nordeste, dirigem-se a essas Metrôpoles da periferia, ou a suas imediações, na esperança de emprego (32), ajudando a formar, com a imensa massa pobre desses dois Estados, as favelas (33).

Superação do subdesenvolvimento no Brasil, através da presença maciça de capitais estrangeiros, parece-nos nada mais que uma ilusão. O capital monopolista tem-se prestado muito mais a aprofundar a situação de atraso sócio-econômico do Brasil. A modernização em alguns setores da vida social não é suficiente para encobrir as distorções do "modelo", aliás, cada vez mais dependente e endividado, mas que beneficia as classes sociais que se articulam com o imperialismo, numa aliança de interesses(34).

Resumindo, poderíamos arrolar as seguintes conseqüências do "desenvolvimento associado":

1 - Liquidação de um desenvolvimento industrial, praticamente autônomo em seu começo;

2 - Liquidação praticamente de todas as grandes e médias empresas brasileiras, hoje em mãos de investidores estrangeiros;

3 - Agravamento do endividamento externo do Brasil, em conseqüência das importações, muitas vezes beneficiando uma minoria, inclusive importação de tecnologia, de acordo com a imposição das firmas internacionais que comandam o processo brasileiro de industrialização;

4 - Aprofundamento do desemprego urbano e rural devido à aplicação de uma tecnologia mais ou menos sofisticada e que necessita de pouca mão-de-obra;

5 - Fortalecimento de determinados estratos sociais representantes dos interesses estrangeiros e que se vêem beneficiados pelo processo de concentração da renda;

6 - Aprofundamento das disparidades regionais, em virtude da concentração do capital em determinadas áreas;

7 - Evasão de capitais brasileiros, que se dá através de remessas de lucros e dividendos, bem como através de importações de tecnologia, etc.

8 - Agravamento da situação de dependência do Brasil, em virtude do processo crescente de apropriação de seus bens pelas multinacionais.

## 6 - Conclusões

A exportação de capitais do centro para a periferia obedece, pois, aos interesses das multinacionais e contribuem para o aprofundamento do fenômeno do subdesenvolvimento. Os diversos fatores assinalados, como abundância de mão-de-obra e baixos salários (35), estabilidade política,

possibilidades de fragmentação do processo produtivo, etc. influenciam os movimentos de capitais, cuja meta é, sobretudo, a manutenção dos mercados e sua ampliação, prejudicadas por medidas protecionistas tomadas em favor de uma industrialização "nacional" (36). O capital monopolista objetiva, assim, frustrar essa tentativa, impedindo o desdobramento de experiências autônomas. O "desenvolvimento associado" é uma consequência, pois, de toda essa determinação do capital de reproduzir-se às custas da exploração dos povos subdesenvolvidos (37).

## NOTAS

1 Senghaas, Dieter. *Peripherer Kapitalismus: Analysen ueber Abhaengigkeit und Unterentwicklung*. Frankfurt 1974, p.28. Confronte-se com a opinião de Tim Guldemann, que diz, depois de analisar a penetração de capitais dos países industriais no "terceiro mundo": "Através disso verifica-se uma transferência da mais valia da periferia para o centro, que não mais será aplicada nos países subdesenvolvidos. A periferia situa-se frente aos países industriais em uma dependência estrutural, a qual se deixa criar através da estrutura de necessidades e da dinâmica da reprodução das metrópoles capitalistas dominantes no interior da sociedade do "terceiro mundo". Falta ao capitalismo periférico um desenvolvimento próprio. Sua tendência é a de tornar-se cada vez mais desintegrado e desnacionalizado". *Lateinamerika: die Entwicklung der Unterentwicklung*. Munique 1975. p. 19.

2 Não há, por exemplo, nenhuma lei de remessas de lucro que venha a coibir o absurdo da evasão de capitais brasileiros. Na seção "Economia e Negócios", da revista *O Espelho*, lê-se o seguinte, com base em dados do Banco Central: A transferência de recursos brasileiros para o exterior, a título de lucros e dividendos, registrou um aumento superior a 500 % nos últimos 10 anos, evoluindo de 95,3 milhões de dólares, em 1969, para nada mais nada menos de 581,6 milhões de dólares, em 1978". (Trust devora o Brasil. *O Espelho*, Brasília, jul. 1979, p. 43).

3 Gandia, Henrique de & Levene, Ricardo. *História das Américas*. Rio de Janeiro, 1947. v. 3, p. 230 e segs.

4 A semiperiferia seria constituída por países capitalistas medianamente desenvolvidos, como Grécia ou Espanha, que se colocariam face aos países industrializados como importadores de produtos já elaborados e exportadores agrícolas, porém dispondo de um grau de dependência menor que a maior parte dos países da América Latina, Ásia e África, formadores, assim, devido à sua situação semi-colonial, da verdadeira periferia.

5 Veja-se o estudo de Froebel, Heinrichs & Kreye. *Die neue internationale Arbeitsteilung*. Hamburgo 1977, onde foi constatado que o processo de deslocamento das indústrias do centro para os países subdesenvolvidos "significa para as pessoas atingidas, primeiramente e antes de tudo, desemprego e desvalorização das qualificações profissionais vigentes nos países industriais tradicionais. Significa também condições de trabalho miseráveis e indignas nos países em desenvolvimento, sem esperança de melhoramento em um futuro previsível. Além do mais, os trabalhadores, num futuro próximo, serão ameaçados pela degradação e disciplinação, como meros apêndices da máquina", p. 35.

6 De acordo com o jornal *Neue Presse*, Hannover, 15.06.1979, p. 3, ao noticiar o recente encontro de líderes sindicais. A respeito do fator mão-de-obra como elemento favorável às

inversões estrangeiras, veja-se também Schoeller, Wolfgang. *Unterentwicklung und ungleicher Tausch auf dem Weltmarkt*. In: Tibi, Rassam & Brandes, Volkhard. *Unterentwicklung* Frankfurt, 1975, v. 2, p. 140 e segs.

7 *Neue Presse*, Hannover, 15.06.1979, p. 3. Ver também Froebel et al., op. cit., p. 52.

7a Vide Barratt-Brown, M. *Struktur der Weltwirtschaft*. In: Krippendorf, Ekkehart. *Probleme der internationalen Beziehungen*. Frankfurt, 1975, p. 61.

8 Apud Busch, Klaus. *Die multinationalen Konzerne: zur Analyse der Weltmarktbewegung des Kapitals*. Frankfurt 1974, p. 109.

9 Compare-se, ainda, com Froebel et al., op. cit., p. 28.

10 Fernandes, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro 1975, p. 13.

11 Compare-se com Weisskopf, Thomas E. *Kapitalismus, Unterentwicklung und die Zukunft der armen Laender*. In: Senghaas, Dieter, org. *Peripherer Kapitalismus: Analysen ueber Abhaengigkeit und Unterentwicklung*. Frankfurt 1974, p. 170-1.

12 L. A. Costa Pinto entende Modernização como "um processo que consiste, sobretudo, na adoção de padrões de consumo, de comportamento, de instituições, valores e idéias características de sociedades mais avançadas, sem importar necessariamente em transformação da estrutura econômica e social". Costa Pinto, L. A. *Desenvolvimento econômico e transição social*. Rio de Janeiro 1967, p. 26. Na verdade, a modernização nada mais é que um processo de imitação, alienante mesmo. A modernização acompanha o processo de industrialização que, para seu sucesso, necessita de determinados melhoramentos infra-estruturais para sua expansão e de uma nova mentalidade de consumo, que vai forjar em determinadas classes sociais, a fim de garantir o êxito do "modelo" praticado, quando nada no âmbito da industrialização de bens duráveis (na indústria automobilística, de aparelhos domésticos, etc).

13 Sarmiento, Walney Moraes. *A urbanização como reflexo do subdesenvolvimento*, *Planejamento*, jul. dez. 1979, p. 261 e seg.

14 Myrdal, Gunnar. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro, 1968. p. 22.

15 Myrdal, G. op. cit. p. 23.

16 Ver Sarmiento, Walney Moraes. *Zuwanderer in Brasilien; von der Landflucht zur Integration in die Stadt*. Hannover, 1979, especialmente os itens Tendenz zur Urbanisierung im Nordosten, p. 99 e segs., e Ursachen fuer die Binnenwanderung innerhalb des Staates Bahia, p. 129 e segs.

17 Claro que a concepção dualística serve para tentar encobrir as verdadeiras causas do subdesenvolvimento, que devem ser buscadas, sobretudo, nas relações centro-periferia. Exaltar a modernização das sociedades subdesenvolvidas, emprestando-lhes uma feição de, em parte, país desenvolvido, ou de áreas desenvolvidas num país subdesenvolvido, é algo que precisa ser desmascarado, pois implica num comprometimento com uma forma qualquer de "desenvolvimento associado".

18 Ver Hurtienne, Thomas. *Zur Entstehungsgeschichte, Struktur und Krise des brasilianischen Akkumulationsmodells*. *Lateinamerika*, Berlin, 1: 81, 1977.

19 O processo de concentração de renda, constatado na economia brasileira, confirma *Universitas*, (29): 75-94, jan./abr. 1982

essa tendência. Em 1960, 1% da população detinha 11,7% da renda. Já em 1970 esse percentual subia para 17,8% (Dados de *Lateinamerika*, Berlim, 2. 1978).

19a Ver nota 35.

20 Veja-se o trabalho de Frank, Andrew G.. O desenvolvimento do subdesenvolvimento. In: Id. *Urbanização e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro 1959, p. 25 e segs.

21 Com base em dados da revista Exame, edição de 1977, a revista Isto é publicou o seguinte: "... as empresas estrangeiras detêm a maior fatia dos setores farmacêutico (100%), automobilístico (99,8%), eletro-eletrônico (77,9%), material de escritório (84,4%), higiene e limpeza (75,74%), plásticos e borracha (74,1%), têxtil (70,1%), bebidas e fumo (63,8%), auto-peças (63,7%), distribuição de petróleo (61,1%), máquinas e equipamentos (59,4%), e material de transporte (58,8%). 54 das 100 maiores empresas são multinacionais que detêm 68,7% das vendas do grupo, além de 64,4% do seu lucro, segundo a mesma revista (Ver a reportagem "É a desnacionalização" p. 67 e segs., exemplar de 5.10.1977).

21a Busch, Klaus. *Die multinationalen Konzerne...*, p. 236 e segs.

22 Vide Senghaas, Dieter. *Weltwirtschaftsordnung und Entwicklungspolitik: Plaedoyer fuer Dissoziation*. Frankfurt, 1977, p. 129.

22a Mirrow, Kurt. *Die Diktatur der Kartelle*. Hamburgo, 1978. p. 47.

23 Mirrow, Kurt. op. cit. p. 47.

24 Ver nota 23.

25 Ver, por exemplo, a discussão em tomo do assunto levantada por Córdova, Armando. Elementes einer Definition der wirtschaftlichen Unterentwicklung. In: Córdova, Armando & Michelena, Hector Silva. *Die wirtschaftliche Struktur Lateinamerikas: drei Studien zur politischen Oekonomie der Unterentwicklung*, Frankfurt 1969, p. 25 e segs.

26 Por ocasião da crise iraniana, a imprensa internacional divulgou amplamente a denúncia, por parte do novo governo de Teerã, de contratos de fornecimento de armas entre o Irã, de um lado, e Estados Unidos e Alemanha Ocidental, de outro. O montante dos depósitos iranianos em bancos suíços tem servido de objeto de polémica entre o governo do Irã e esse país europeu. A Arábia Saudita é um dos principais compradores dos mais modernos e sofisticados aviões de combate americanos, como a Líbia o é de franceses. É elevada a participação de capitais líbios na Fiat italiana e de capitais iranianos em grandes empresas alemãs.

27 Leo Huberman diz o seguinte: "Um país subdesenvolvido atrasou-se tecnologicamente. A solução para a Índia - é a mesma para todos os países subdesenvolvidos - é o aumento do estoque de ferramentas e máquinas, para transformar o processo de produção com a aplicação da tecnologia moderna. Em suma, a resposta é: industrialização". Huberman, L. Qual o caminho para a América Latina? In: *Perspectiva da América Latina*. Rio de Janeiro 1964, p. 32.

Tal assertiva tem 20 anos e talvez o autor não a repetisse na atualidade. A industrialização e aplicação da moderna tecnologia pareciam ser a melhor maneira de um país sair da situação de subdesenvolvimento. No entanto, o caráter dependente da industrialização, que estamos discutindo nesse trabalho, reforça simplesmente o papel do capital monopolista, dentro de um modelo de acumulação, que lhe é francamente favorável. Oskar Lange, no seu trabalho *Ensayos sobre Planificación Económica. El trimestre económico*, 26 (104) dez. 1959, classifica de economia subdesenvolvida aquela em que o volume de capital disponível não é capaz de criar ocupações para a totalidade da força de trabalho existente, dentro do âmbito das técnicas de produção modernas. Ora, levando-se em conta que na maioria dos países

subdesenvolvidos a população em idade de ingressar no mercado de trabalho cresce rapidamente, o emprego de tecnologia altamente sofisticada só iria acentuar o desemprego e o subemprego. O êxodo rural, por seu lado, é também consequência da penetração de novas técnicas de produção no campo, pois libera mão-de-obra. Não seria uma contradição oferecer a u'a mão-de-obra, cada vez mais volumosa, modernas técnicas de produção?

28 Movimento Democrático Brasileiro - MDB - Relatório sobre o resultado de movimentos estrangeiros no Brasil. Publicado em *Movimento*, São Paulo, 1.12.1975. p. 7.

29 Cardoso, Fernando Henrique. *Buergerliche Hegemonie und wirtschaftliche Unabhaengigkeit*. In: Furtado, Celso, ed. *Brasilien Heute*. Frankfurt 1971, p. 58 e segs.

30 Ver nota 16.

31 Ver Ianni, Otávio. *Sociologia da sociologia latino-americana*. Rio de Janeiro 1971, p. 54 e segs. Myrdal, Gunnar. *Teoria econômica...*, op. cit., p. 47 e segs., Frank, A., O desenvolvimento..., op.cit., p. 25 e segs., Lacoste, Yves. *Perspectiva da geografia ativa em pais subdesenvolvido*. In: *A geografia ativa*. São Paulo. p. 107. Beyhaut, Gustavo. *Sued-und Mittelamerika: von der Unabhaengigkeit bis zur Krise der Gegenwart*. Frankfurt 1965, p. 193.

32 Ver Sarmiento, W. M. *Zuwanderer in Brasilien...*, p. 45 e segs.; p. 52 e segs.

33 Ver Santos, Theotônio dos, The Crisis of the Brazilian Miracle. In: *Brazilian studies*. Toronto 1977; Eisenheim, Gerhard. *Brasilien*. In: *Lateinamerika*, 2: 235.

34 Ver Massiah, Gustave. *Divisão internacional e aliança de classes*. In: Amin, Samir. *A crise do imperialismo*. Rio de Janeiro, 1977, p. 93 e segs. Petra, James. *Imperialismo e classes sociais no Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro, 1980.

- especialmente o item Análise de Classes e Perspectiva Histórica Mundial, no capítulo I, e o capítulo 2, Aspectos da Formação de Classes na Periferia: Estrutura e Estratégias do Poder.

35 Tanto Busch (*Die Internationalen Konzerne...*, op.cit.) quanto Bettelheim (*Troca Internacional e Desenvolvimento Regional*. In: Arghiri Emmanuel et alii. *Imperialismo e Comércio Internacional*. São Paulo 1981, p. 58 e seg.) vêem limitações nesse fator. Esse último lembra mesmo "que está praticamente limitado a somente alguns tipos de produção o "atrativo" das zonas de baixos salários, como zonas de investimento de capitais provenientes do exterior" (p. 65). Busch, por sua vez, baseado em estudos feitos na área, sustenta que apenas 18 % dos empresários entrevistados investiram em países subdesenvolvidos por causa do item baixos salários (op. cit. p. 233).

36 Busch assinala que a política de substituição de importações levou às empresas monopolistas o perigo da perda do mercado nos países do "terceiro mundo" em vista das barreiras alfandegárias levantadas. Daí a exportação de capitais, com o intuito de assegurar o domínio do mercado de vendas, através da implantação de filiais na América Latina, África e Ásia. Segundo dados mostrados por Busch, 82 % dos empresários entrevistados estavam interessados na conservação do mercado e 62 % na conquista de novos (op.cit. p. 236 e segs).

37 Luxemburg, Rosa. *La acumulación del capital*. *Cuadernos de pasado y presente*. Mexico, (51): 3, 1980. Ver, especialmente, p. 16-20.

## SUMMARY

This article deals with the problem of the mechanism of transference of foreign capital to the nations of the "third world" Brazil being taken for an example.

The article stresses the fact that the success of foreign investments is dependent on a number of factors, such as political "stability," the existence of a domestic market large enough to absorb the consumption goods internally produced, availability of inexpensive manpower and an ever-growing capacity for diversified production together with the improvement of transportation facilities.

The author disregards the possibility of success of an "associated model of development," as well as of the overcoming of underdevelopment on the part of any peripheral capitalistic country, inasmuch as the "association" between center and periphery tends to increase the latter's dependence upon the industrialized countries (imperialism).

The author also deals with the analysis of the process of denationalization of Brazilian economy which, under the pretext of privatization, gradually comes into the control of multinationals.

## RÉSUMÉ

L'article en question traite du mécanisme de transfert de capitaux étrangers vers les nations du "tiers monde", en prenant comme exemple le Brésil.

L'article met l'accent sur le fait que le succès des investissements étrangers se doit à certains facteurs tels que la "stabilité" politique, l'existence d'un marché interne suffisamment apte à absorber les biens de consommation produits ici, l'offre d'une main-d'oeuvre bon marché, la capacité sans cesse croissante de fractionner la production et le perfectionnement du secteur des transports.

L'auteur discorde de la possibilité de succès d'un "modèle associé de développement" et du dépassement du sous-développement de la part d'un quelconque pays capitaliste périphérique, car l'"association" entre centre et périphérie tend à augmenter la dépendance de celle-ci par rapport aux pays industriels (impérialisme).

L'auteur s'occupe aussi de l'analyse du processus de dénationalisation de l'économie brésilienne qui, sous le prétexte de la privatisation, passe de plus en plus sous le contrôle des multinationales.